



ALEATOR
LEGISLATIVA
SÃO PAULO

Simulado Final **ALE RO** Analista Legislativo Área Administrativa Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ALE-RO, cargo de Analista Legislativo - Área Administrativa;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/SZFxBaYtACzAMwP6>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 15 - A B C D E | 29 - A B C D E | 43 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 16 - A B C D E | 30 - A B C D E | 44 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 17 - A B C D E | 31 - A B C D E | 45 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 18 - A B C D E | 32 - A B C D E | 46 - A B C D E | 60 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 19 - A B C D E | 33 - A B C D E | 47 - A B C D E | 61 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 20 - A B C D E | 34 - A B C D E | 48 - A B C D E | 62 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 21 - A B C D E | 35 - A B C D E | 49 - A B C D E | 63 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 22 - A B C D E | 36 - A B C D E | 50 - A B C D E | 64 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 23 - A B C D E | 37 - A B C D E | 51 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 24 - A B C D E | 38 - A B C D E | 52 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 25 - A B C D E | 39 - A B C D E | 53 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 26 - A B C D E | 40 - A B C D E | 54 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 27 - A B C D E | 41 - A B C D E | 55 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 28 - A B C D E | 42 - A B C D E | 56 - A B C D E | 70 - A B C D E |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/cYwm>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***1. Leia o texto a seguir.**

Na pequenina autobiografia que preparou quando ganhou o prêmio Nobel, Daniel Kahneman destacou um episódio de sua infância. Judeu na Paris ocupada pelos nazistas, não podia estar nas ruas após um certo horário. Um dia ficou brincando na casa de um colega até mais tarde, e decidiu voltar para casa sem exibir na lapela a estrela que o identificaria como judeu – e, naquela hora, também como infrator. No meio do caminho, depara-se com um oficial das SS, e entende que sua situação é realmente perigosa. Tem medo. Porém, o oficial o abraça, mostra-lhe uma foto tirada da carteira, e ainda dá ao pequeno Daniel um pouco de dinheiro. O menino foi salvo simplesmente porque se parecia com outro menino conhecido do oficial, e aquilo que era para ser um duplo sinal de perseguição, que faria dele uma vítima duplamente legitimada na ordem nazista, foi simplesmente escamoteado, posto de lado, ignorado.

Estadão, 28/01/2017

Sobre o processo de referenciação no texto, assinale a afirmativa **incorrecta**.

- a) “o oficial” mostra que o personagem referido já foi anteriormente citado e é conhecido do leitor.
- b) O termo “o menino” se refere a um termo anterior pelo critério de identificação sexual.
- c) No primeiro período, o termo “prêmio” foi adequadamente identificado.
- d) O pronome relativo “que” – *que faria dele uma vítima* – tem por antecedente o substantivo “perseguição”.
- e) “um certo horário” mostra que o termo referido – horário – não tem definição no enredo.

- 2.** Em todas as opções a seguir há um exemplo do tipo de linguagem figurada colocada ao início.

Assinale a frase em que esse exemplo está correto em relação à figura.

- a) Sinestesia – Num brado uníssono, a cidade toda clamava por justiça.
- b) Catacrese – O livro tocou profundamente o coração do leitor.
- c) Anacoluto – Agora falo eu, porque até aqui só absurdos ouvi.
- d) Eufemismo – Decidiu que não tomaria mais água que passarinho não bebe.
- e) Hipérbole – Aquela primeira-ministra tinha mãos de ferro.

- 3.** Considerando a possibilidade de unir as duas orações por meio de um pronome relativo, assinale a opção em que a construção resultante estaria correta, segundo a norma culta da língua portuguesa.

- a) Comprei um carro novo. O motor do carro é silencioso. / Comprei um carro novo, de cujo motor é silencioso.
- b) Passei por uma situação difícil. Nessa situação, precisei tomar uma decisão rápida. / Passei por uma situação difícil, onde precisei tomar uma decisão rápida.
- c) Ontem vimos um documentário. Eu não me recordo do nome do documentário. / Ontem vimos um documentário, cujo nome eu não me recordo.
- d) Adquiri o catálogo de um compositor. Paguei uma fortuna pelos direitos do catálogo. / Adquiri o catálogo de um compositor, por cujos direitos paguei uma fortuna.
- e) Preciso de um novo armário. O novo armário substituirá aquele móvel. / Preciso de um novo armário, com o qual substituirá aquele móvel.

4. Nas frases a seguir, retiradas do romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis, todas apresentam a palavra “se”.

Analise o uso do “se” em cada caso e assinale a opção em que ele atua como indeterminador do sujeito.

a) Logo que chegou, enamorou-se de uma viúva, senhora de condição mediana e parcós meios de vida, mas, tão acanhada que os suspiros no namorado ficavam sem eco.

b) A higiene é filha de podridões seculares; devemo-la a milhões de corrompidos e infectos. Nada se perde, tudo é ganho. Repito, as bolhas ficam na água.

c) Quis ainda uma vez ler a carta, agora devagar, analisando as palavras, desconjuntando-as, para ver bem o sentido e descobrir se realmente era uma troça de filósofo.

d) Rubião, ao contrário, gostou de ver que o homem não se esquecera da conversação, desceu ao jardim onde ele ficara esperando, e foi mostrar-lhe as rosas.

e) Lá tratava-se daquela carta escrita pelo finado Quincas Borba, tão expressiva do estado mental do autor, e que ele ocultou do médico, podendo ser útil à ciência ou à justiça.

5. Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

a) Priorizemos viver cada dia com gratidão.

b) Quem fala demais dá bom dia a cavalo.

c) É melhor ficar calado para não passar recibo de idiota.

d) Nem toda escolha traz tranquilidade.

e) Muitos desejam a verdade, poucos a buscam.

6. Assinale a afirmativa em que se estabelece, respectivamente, uma relação de causa e consequência entre as ideias.

a) Ouvindo o choro do bebê, a mãe correu às pressas para o quarto.

b) A equipe venceu o campeonato graças ao trabalho do técnico.

c) O cantor terminou o show mais cedo, porque estava doente.

d) O sistema falhará, se a rede cair durante o processamento.

e) A corregedoria abriu uma sindicância após receber várias denúncias.

7. Assinale a opção em que o elemento em destaque possui a mesma função do pronome destacado em “O artista apertou-lhe as mãos”.

a) O imediatismo nos roubou a esperança.

b) Por favor, dê-me um copo de água.

c) A proposta não lhe era favorável.

d) Faço-lhe esta concessão somente hoje.

e) Lembras-te daquele carro velho?

8. No tocante ao emprego da vírgula, assinale a frase que apresenta erro.

a) Enquanto se defende das acusações, o deputado deveria pedir licença do cargo.

b) Ouçam todos, a história que eu vou contar.

c) Se houver qualquer imprevisto, entraremos em contato.

d) Correu bastante, nos minutos finais, e não alcançou a linha de chegada.

e) Plantamos e, pacientes, colheremos os melhores frutos.

9. A frase em que a palavra *mais* está empregada numa classe gramatical diferente das demais, é:

a) Ontem o café estava forte, mas hoje parece estar ainda mais.

b) Hoje existem mais incertezas do que certezas.

c) O técnico disse querer mais dos jogadores.

d) Você precisa falar mais devagar.

e) O que eu mais gosto dela são os olhos.

- 10.** Entre as opções abaixo, aquela que mostra a falácia do círculo vicioso é:
- Atletas do Quênia vencem maratonas, pois são mais preparados para corridas de longa distância.
 - Bonito é um verdadeiro paraíso ecológico que se destaca por suas belezas naturais e infraestrutura turística.
 - O método ativo é superior ao passivo porque este possui características inferiores àquele.
 - Esse candidato é o mais preparado, porque possui um histórico comprovado de boa gestão.
 - O projeto de lei será rejeitado, porque desagrada à maioria dos parlamentares.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

- 11.** Um sistema automatizado libera um benefício apenas quando todas as condições exigidas são satisfeitas. O regulamento interno afirma:

“O benefício será liberado somente se o servidor cumprir o prazo e apresentar a documentação completa.”

Considere as proposições:

- p: “O servidor cumpre o prazo.”
 q: “O servidor apresenta a documentação completa.”
 r: “O benefício é liberado.”

A afirmação do regulamento pode ser corretamente representada, do ponto de vista lógico, por:

- $r \rightarrow (p \wedge q)$
- $(p \wedge q) \rightarrow r$
- $r \leftrightarrow (p \wedge q)$
- $\neg r \rightarrow (p \vee q)$
- $(p \vee q) \rightarrow \neg r$

- 12.** Quatro servidores — Ana, Bruno, Carla e Daniel — foram designados para atuar em dois projetos distintos, Projeto Alfa e Projeto Beta.

Cada servidor atua em apenas um projeto, e cada projeto conta exatamente com dois servidores.

Sabe-se que:

- Se Ana atua no Projeto Alfa, então Bruno também atua no Projeto Alfa.
- Carla atua no Projeto Alfa se, e somente se, Daniel atua no Projeto Beta.
- Bruno não atua no mesmo projeto que Carla.

Com base nessas informações, é necessariamente verdadeiro afirmar que:

- Daniel atua no Projeto Alfa e Carla atua no Projeto Alfa
- Carla atua no Projeto Beta e Daniel atua no Projeto Beta
- Bruno e Carla atuam no mesmo projeto
- Ana atua no Projeto Alfa ou Daniel atua no Projeto Beta
- Ana atua no Projeto Beta e Bruno atua no Projeto Alfa

- 13.** Uma equipe de 12 técnicos leva 15 dias para concluir a análise de um conjunto de processos, trabalhando todos com a mesma produtividade diária.

Após 5 dias de trabalho, ocorre uma redistribuição de pessoal, e o número de técnicos é reduzido em 50%, mantendo-se a produtividade individual.

Quantos dias adicionais serão necessários para concluir o trabalho restante?

- 18
- 19
- 20
- 21
- 22

14. Uma sequência numérica (a_n) é definida da seguinte forma:

- $a_1 = 1$
- Para todo $n \geq 1$,

$$a_{n+1} = a_n + 2n$$

O termo geral a_n dessa sequência é dado por:

- a) $n^2 - n + 1$
- b) $n^2 + 1$
- c) $2n^2 - n$
- d) $n(n + 1)$
- e) $2n^2 + 1$

15. Um terreno retangular tem área igual a 1.200 m².

O comprimento excede a largura em 10 metros. Posteriormente, a largura do terreno é mantida inalterada, e o comprimento é aumentado em 5 metros.

Em relação à área original, o aumento percentual da área do terreno é igual a:

- a) 10%
- b) 12,5%
- c) 15%
- d) 16,6%
- e) 20%

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Renato da Costa

16. Durante a atualização do parque computacional de um órgão público, a equipe de TI avaliou diferentes padrões de portas e conectores visando desempenho, compatibilidade e finalidade de uso. Considere as afirmações a seguir:

- I. O padrão USB caracteriza-se pela versatilidade, permitindo a conexão de múltiplos tipos de periféricos e o fornecimento de energia elétrica aos dispositivos conectados.
- II. O conector HDMI foi projetado para transmitir sinais digitais de áudio e vídeo em um único cabo, sendo amplamente utilizado na ligação entre computadores, monitores e dispositivos multimídia.
- III. A tecnologia Ethernet é empregada para interligação de dispositivos em redes locais, operando, tipicamente, por meio de cabos de par trançado e conectores RJ-45.
- IV. A porta PS/2, atualmente considerada legada, foi projetada para conexão dedicada de teclado e mouse, não sendo hot-swappable de forma nativa.
- V. As portas USB são utilizadas exclusivamente para dispositivos de armazenamento em massa, como pen drives e discos externos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas I, II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas II, III e V estão corretas.
- d) Apenas I, IV e V estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

17. Um órgão público está revisando sua política de segurança da informação e decidiu adotar

autenticação multifator (MFA) para acesso a seus sistemas críticos. O relatório técnico destaca que o MFA combina fatores de autenticação de naturezas distintas, tradicionalmente classificados como:

- algo que o usuário sabe;
- algo que o usuário tem;
- algo que o usuário é.

Considerando esses conceitos, assinale a alternativa que apresenta uma associação inteiramente correta entre mecanismo de autenticação e seu respectivo fator.

- a) Senha → algo que o usuário é; token físico → algo que o usuário sabe; reconhecimento facial → algo que o usuário tem.
- b) Impressão digital → algo que o usuário tem; certificado digital armazenado em nuvem → algo que o usuário é; PIN → algo que o usuário tem.
- c) Senha → algo que o usuário sabe; smart card → algo que o usuário tem; biometria → algo que o usuário é.
- d) Reconhecimento de voz → algo que o usuário sabe; senha → algo que o usuário tem; token por aplicativo → algo que o usuário é.
- e) Smart card → algo que o usuário é; impressão digital → algo que o usuário sabe; senha → algo que o usuário tem.

18. Um analista de TI de um órgão público utiliza intensamente recursos nativos do Windows para aumentar sua produtividade, especialmente aqueles acionados por atalhos envolvendo a tecla Windows. Em determinado momento, ele precisa visualizar e gerenciar o histórico da área de transferência, a fim de recuperar textos e imagens copiados anteriormente.

Considerando os atalhos padrão do Windows 10/11, assinale a alternativa que apresenta o atalho correto para abrir o histórico da área de transferência.

- a) Windows + C
- b) Windows + V

- c) Windows + Shift + S
- d) Windows + X
- e) Ctrl + Windows + V

19. Em uma planilha do Excel, um analista construiu uma tabela para calcular o valor total de vendas considerando um preço unitário fixo por produto e um fator de reajuste variável por linha.

Considere a situação abaixo:

- A célula B1 contém o fator de reajuste (valor fixo para toda a planilha).
- A coluna A contém as quantidades vendidas.
- A coluna B contém os preços unitários dos produtos.
- Na célula C2, foi inserida a seguinte fórmula:
=A2*B2*\$B\$1

Em seguida, essa fórmula foi copiada para baixo, até a célula C10.

Com base no comportamento das referências no Excel, assinale a alternativa que descreve corretamente o que ocorrerá após a cópia da fórmula.

- a) As referências A2 e B2 permanecerão fixas, enquanto \$B\$1 será ajustada automaticamente.
- b) A referência \$B\$1 permanecerá fixa, enquanto A2 e B2 serão ajustadas para A3, B3, A4, B4, e assim sucessivamente.
- c) Todas as referências serão ajustadas automaticamente conforme a posição da célula de destino.
- d) Apenas a referência A2 será ajustada; B2 e \$B\$1 permanecerão fixas.
- e) Nenhuma referência será alterada, pois a presença do símbolo \$ torna toda a fórmula absoluta.

20. Durante uma auditoria de segurança em um órgão público, um analista de TI utilizou o navegador Mozilla Firefox para verificar o comportamento de autenticação de determinados sistemas web. No relatório, foram mencionados os cookies, seus tipos e suas finalidades no contexto da navegação.

Com base nos conceitos e funcionalidades relacionados a cookies no Firefox, assinale a alternativa correta.

- a) Cookies são arquivos executáveis utilizados pelo Firefox para instalar extensões e atualizar automaticamente o navegador.
- b) Cookies são utilizados exclusivamente para armazenar senhas, sendo inacessíveis ao usuário comum por motivos de segurança.
- c) Cookies podem armazenar informações como identificadores de sessão e preferências do usuário, podendo ser gerenciados, bloqueados ou apagados nas configurações de privacidade do Firefox.
- d) Cookies são responsáveis por bloquear rastreadores e impedir a execução de scripts maliciosos, substituindo a função dos antivírus e firewalls.
- e) Cookies existem apenas durante a navegação em janelas anônimas (privadas) e são automaticamente convertidos em arquivos permanentes ao fechar o navegador.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA*Tiago Zanolla*

21. Com base no Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE/RO), no que se refere à apuração de delito cometido por Deputado no âmbito da Assembleia Legislativa, à atuação do Corregedor Parlamentar e à relação com o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, assinale a alternativa correta.

- a) O Corregedor Parlamentar preside o inquérito, mas não pode participar dos processos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ainda que sem direito a voto.
- b) O inquérito será presidido pelo Corregedor Parlamentar, observando-se o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado; o Advogado-Geral da Assembleia participará de todos os depoimentos; e o Corregedor poderá participar dos processos do Conselho de Ética com direito a voz e voto, embora não integre formalmente sua composição.
- c) O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar presidirá o inquérito disciplinar, cabendo ao Corregedor apenas auxiliar os trabalhos investigativos.
- d) O Advogado-Geral da Assembleia Legislativa somente participará dos depoimentos do inquérito quando houver solicitação expressa do Corregedor Parlamentar.
- e) O Corregedor Parlamentar, ao presidir o inquérito, passa automaticamente a integrar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voto deliberativo.

22. Com base na Resolução ALE/RO nº 593, de 30 de outubro de 2024, que estabelece disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, assinale a alternativa correta.

- a) Toda demanda que implique contratação será considerada formalizada com a simples abertura do processo eletrônico pelo setor requisitante, independentemente de aprovação hierárquica.
- b) As demandas atendidas por Ata de Registro de Preços vigente devem ser formalizadas por meio de Pedido de Fornecimento ou instrumento que venha a substituí-lo.
- c) Os pedidos relativos à aquisição de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação dispensam manifestação técnica do setor de tecnologia da informação.
- d) Apenas os processos de obras de engenharia exigem manifestação técnica prévia quanto aos impactos à segurança e saúde dos servidores.
- e) Os documentos de planejamento inicial de obras e serviços de engenharia podem ser elaborados pelo setor requisitante, desde que haja posterior emissão de ART pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura.

23. À luz das regras sobre formalização, vigência, publicidade e prazos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Todo ato administrativo entra em vigor na data de sua assinatura pela autoridade competente, independentemente de publicação.
- b) A publicidade dos atos administrativos sempre se dá exclusivamente por meio de publicação no Diário Oficial, sendo vedadas outras formas de ciência ao interessado.
- c) A publicação de atos administrativos sem conteúdo normativo pode ser resumida, desde que haja indicação expressa da autoridade competente e da providência determinada.

d) Os atos administrativos isolados devem ser praticados no prazo máximo de 15 dias, salvo disposição legal em contrário.

e) Os atos administrativos não precisam indicar local e data de edição, bastando a identificação funcional da autoridade responsável.

24. De acordo com a Lei Complementar nº 1.056/2020, que estabelece a estrutura organizacional político-administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, assinale a alternativa correta.

- a) A Advocacia Geral, a Controladoria Geral e a Corregedoria Geral possuem status de Secretaria apenas quando vinculadas diretamente à Mesa Diretora.
- b) As Chefias de Gabinete Parlamentar não possuem status de Secretaria, por integrarem a estrutura de apoio direto aos parlamentares.
- c) O cargo de Diretor Geral da Escola do Legislativo possui natureza exclusivamente técnica, não sendo classificado como cargo de natureza política.
- d) Os cargos de Advogado Geral, Controlador Geral e Corregedor Geral são considerados cargos administrativos de livre provimento, mas não de natureza política.
- e) Os cargos de Chefe de Gabinete da Presidência, Chefes de Gabinete Parlamentar, Advogado Geral, Controlador Geral e Corregedor Geral são classificados como cargos de natureza política.

25. Com base na Lei Complementar nº 731/2013, que reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração (PCCR) e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, assinale a alternativa correta.

- a) O Plano de Carreira, Cargos e Remuneração restringe-se à fixação dos vencimentos básicos dos servidores, não abrangendo diretrizes, princípios ou política de valorização funcional.
- b) Carreira corresponde ao conjunto de atribuições e responsabilidades homogêneas cometidas ao servidor público, providas mediante concurso público.
- c) Grupo ocupacional é o agrupamento de servidores segundo classes e referências, estruturado exclusivamente a partir do tempo de serviço.
- d) Classe é componente essencial da estrutura da carreira e da tabela de vencimentos, agrupando servidores com atribuições, níveis de conhecimento e grau de responsabilidade similares.
- e) Cargo efetivo é qualquer cargo público de livre nomeação, provido independentemente de concurso público, em razão da confiança da autoridade nomeante.

26. Com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE-RO), assinale a alternativa correta acerca das reuniões e sessões legislativas da Assembleia.

- a) As reuniões ordinárias da Assembleia ocorrem durante todo o ano legislativo, inclusive nos períodos de recesso parlamentar, independentemente de deliberação da Mesa.
- b) A Assembleia Legislativa poderá reunir-se fora do território do Estado de Rondônia, desde que haja deliberação da Mesa Diretora, dispensada a manifestação dos Deputados.
- c) A sessão legislativa ordinária será obrigatoriamente encerrada em 30 de junho, ainda que não tenha sido aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d) Quando convocada extraordinariamente, a Assembleia Legislativa poderá deliberar sobre qualquer matéria de interesse público, desde que haja maioria simples dos Deputados presentes.

e) Durante a vigência de Estado de Calamidade Pública, a convocação de sessões extraordinárias poderá ser realizada pelo Presidente a qualquer tempo, mediante publicação no sítio oficial da Assembleia Legislativa, sem necessidade de notificação prévia mínima de 24 horas.

27. Acerca das formas de provimento e de movimentação funcional no serviço público, assinale a alternativa correta.

- a) A nomeação constitui forma derivada de provimento, sendo utilizada exclusivamente para cargos efetivos, após aprovação em concurso público.
- b) A readaptação consiste no retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- c) A reversão corresponde ao retorno do servidor que se encontrava em disponibilidade, em razão da extinção do cargo, para novo exercício no serviço público.
- d) A reintegração caracteriza-se pelo reingresso do servidor aposentado por invalidez, após verificada, em inspeção médica oficial, a cessação dos motivos da aposentadoria.
- e) A nomeação é a única forma de provimento originário no serviço público, podendo ocorrer tanto para cargos efetivos quanto para cargos em comissão.

28. À luz da Lei Complementar nº 1.056/2020, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, assinale a alternativa correta quanto aos Órgãos de Natureza Política.

- a) O Plenário e a Mesa Diretora integram os órgãos singulares de natureza política da Assembleia Legislativa.
- b) As Comissões Permanentes integram os órgãos colegiados de natureza política, ao lado do Plenário e da Mesa Diretora.
- c) Os Gabinetes Parlamentares e o Gabinete de Emendas Parlamentares integram os órgãos colegiados da estrutura política da Assembleia Legislativa.
- d) O Gabinete da Liderança do Governo integra os órgãos colegiados, por exercer função de articulação política institucional.
- e) Os Gabinetes das Vice-Presidências e das Secretarias da Mesa Diretora integram os órgãos técnicos-administrativos da Assembleia Legislativa.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Sérgio Henrique

29. Analise os itens a seguir:

I - A cafeicultura, que já foi uma das principais atividades econômicas de Rondônia, passou por um processo de desaceleração na produção e de redução de sua importância na economia regional entre 2001 e 2010.

Entretanto, a partir de 2010, voltou a ganhar importância, destacando-se desde então como a terceira atividade agrícola em termos de área cultivada e a quarta do estado em relação ao valor total da produção no estado.

II- A retomada da importância da cafeicultura para a economia de Rondônia é resultado de um processo de modernização da atividade, com a introdução de novas tecnologias ao meio produtivo, possibilitadas a parti de instituições públicas e privadas que desenvolvem novas técnicas, elevando a produtividade e qualidade do produto estadual.

III- Os preços internacionais do café e do cacau estão inflacionados, pois a produção mundial caiu nos últimos anos pelo impacto das mudanças climáticas, o que elevou os preços e beneficia diretamente os agricultores de Rondônia.

Estão corretos os itens:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

30. Analise os itens a seguir:

- I- A economia rondoniense, até a década de 1960, resumiu-se praticamente à extração de borracha e castanha-do-pará; entretanto, a descoberta de ouro e cassiterita fomentou a imigração para o estado, o que resultou na reestruturação socioespacial sustentada pela pequena produção familiar.
- II- A partir do final da década de 1990, foram introduzidas em Rondônia as primeiras lavouras de soja, em particular na região conhecida como “Cone Sul rondoniense”, constituída pelos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia, o que tornou essa área o principal centro de produção de grãos do estado.
- III- A organização do espaço agrário rondoniense modelou-se a partir de processos de imigração espontânea da população nordestina, que, a partir do século XIX, afluui para essa região fugindo das secas periódicas que assolavam a região da Caatinga, e que passaram então a desenvolver atividades econômicas em articulação com os povos indígenas que ali viviam.

Estão corretos os itens:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

31. Analise os itens a seguir:

- I - Em Rondônia, o rio Madeira se converteu em um corredor de exportação de commodities, especialmente soja e milho, a partir da constituição de um sistema multimodal de transporte que articula a produção de grãos do oeste de Mato Grosso e da região de Vilhena à Hidrovia Madeira-Amazonas, à BR-364 e ao Porto da capital do estado.
- II - A trajetória econômica rondoniense demonstra a rapidez das transformações espaciais, quando o modelo econômico extrativista-fluvial predominante até a década de 1960, se transforma em produção agropecuária a partir da implantação de projetos de colonização agrícola na década de 1970. Rompe-se o extrativismo na medida em que a agropecuária passa a ser produzida em escala comercial, dando origem à estrutura fundiária com pequenas, médias e grandes propriedades.
- III- O sistema agrícola, ancorado na produção de monoculturas de grãos, demanda recursos crescentes de terra e água e, em função disso, observa-se que o uso das águas na região – seja para transporte ou produção de energia – passou a ser interesse de grupos diversos que se apropriam dos bens naturais para a produção de commodities como a soja.

Estão corretos os itens:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

32. Assinale a alternativa errada.

- a) A ferrovia foi o primeiro sistema de engenharia produzido no espaço regional que efetivamente conduziu a dois processos geográficos estruturantes em Rondônia. Primeiro, a ferrovia espacializa a totalidade e a modernidade do mundo na periferia brasileira e introduz uma efetiva ocupação regional reproduzida em vilas, povoados e cidades, adentrando o território.
- b) A efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.
- c) Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.
- d) O estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970 resultaram na expansão das fazendas de gado e das monoculturas de café e soja no estado.
- e) Entre os impactos regionais relacionados à expansão da fronteira agropecuária, viabilizada pela construção da BR-364 está o aumento da exploração ilegal de madeira – produto de elevado valor comercial e o aumento de atividades de mineração em terras indígenas.

33. No dia 8 de maio de 2023 ocorreu, na cidade de Porto Velho, Rondônia, o lançamento do relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH e do caderno de conflitos no campo (2022) da CPT.

Segundo os dados do relatório do CNDH e da CPT, Rondônia é o estado da Amazônia onde mais se mata lutadores de direitos humanos, da luta pela terra, territórios e natureza. A abertura desta urgente pauta foi marcada pelo relato de lideranças indígenas, quilombolas e camponeses sobre a violência direcionada às camadas da sociedade – notadamente, as minorias.

(MATOS, L. Cercamentos expropriatórios sobre os grupos comunitários na Amazônia: análise de um território camponês em Rondônia. *Terra Livre*, São Paulo, ano 38, vol. 2, nº 61, 2023.)

A intensificação dos conflitos socioambientais na região amazônica e em Rondônia. Qual atividade a seguir é um fator gerador de conflitos?

- a) Exploração ilegal de madeira e garimpo em Terras Indígenas.
- b) Aumento de atividades econômicas nos serviços à medida que aumentou a urbanização.
- c) Turismo, pois põe em contato visitantes com povos tradicionais.
- d) Extrativismo de produtos florestais e manejo florestal sustentável.
- e) As comunidades extrativistas, responsáveis pelo esgotamento dos recursos florestais.

34. A geografia física do estado de Rondônia caracteriza-se por um extenso domínio de terrenos de cotas modestas, em grande parte, embasados por rochas metamórficas, ígneas e sedimentares de diversas idades, resultantes de longos e elaborados períodos de desgaste eplainamento generalizado do relevo regional do estado. Essas vastas superfícies estão, invariavelmente, posicionadas em cotas entre 100 e 300 metros de altitude. Entretanto, ressalta-se, de forma disseminada ao longo do estado de Rondônia, um conjunto de terrenos dissecados em relevos residuais, destacando-se

- a) a Chapada dos Veadeiros e Chapada dos Parecis.
- b) o Vale do Rio Madeira e o Vale do Rio Guaporé.
- c) O Vale do Rio Guaporé e Chapada dos Parecis.
- d) a Chapada dos Pacaás Novos e Chapada dos Parecis.
- e) a Chapada dos Guimarães e Chapada dos Parecis.

35. Dom Antônio Rolim de Moura Tavares foi figura central na consolidação da presença portuguesa no Vale do Guaporé como primeiro Governador-General da Capitania de Mato Grosso. Qual das suas ações demonstra suas estratégias ocupação e defesa territorial?

- a) Sua principal ação foi a criação de um sistema de escravidão africana em larga escala para suprir a demanda de mão de obra nas minas recém-descobertas no Vale do Guaporé, sem preocupação com o povoamento.
- b) Ele se dedicou exclusivamente à exploração de novas jazidas de diamantes, proibindo qualquer tipo de povoamento ou agricultura na região para evitar a dispersão da mão de obra.
- c) Rolim de Moura fundou a capital da Capitania em Vila Bela da Santíssima Trindade, incentivou o povoamento através da concessão de sesmarias, organizou exércitos e construiu fortões, ao mesmo tempo em que utilizava a diplomacia para gerenciar as fronteiras com os espanhóis.
- d) Sua estratégia consistiu em desativar todas as fortificações existentes e focar na evangelização dos indígenas, estabelecendo muitas aldeias jesuíticas como forma de controle territorial.
- e) Ele promoveu a remoção forçada de todas as populações indígenas para fora da região, estabelecendo um território livre para a exploração mineral por colonos brancos sem qualquer interferência.

MÓDULO II**DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO***Nelma Fontana*

36. Em um certo Estado, foi promulgada emenda à Constituição estadual, aprovada com quórum qualificado, que inseriu dois conjuntos de normas.

No primeiro, a emenda passa a disciplinar com alto nível de detalhamento o regime jurídico e a preservação simbólica de uma universidade pública específica.

No segundo, modifica-se a arquitetura de competências entre os Poderes, alargando prerrogativas do Governador para adoção de medidas unilaterais em situações excepcionais.

Após a promulgação, observa-se que diversas garantias sociais previstas no próprio texto constitucional seguem reiteradamente não implementadas, ao passo que decisões políticas e econômicas passam a reproduzir, com estabilidade, um padrão associado à influência de determinados grupos sociais.

Em sede de controle concentrado no STF, assinale a alternativa que melhor combina as leituras sociológica, política e jurídica do conceito de Constituição para interpretar o cenário narrado:

a) A leitura política trata toda norma formalmente constitucional como decisão política fundamental; a sociológica concebe a Constituição como sistema normativo imune à realidade; e a jurídica condiciona a validade do texto à aceitação moral coletiva.

b) A leitura sociológica sustenta que a Constituição escrita pode perder efetividade quando não corresponde aos fatores reais de poder; a leitura política diferencia decisão política fundamental de normas apenas formalmente constitucionais; e a leitura jurídica comprehende a Constituição como norma superior, fundamento do controle de constitucionalidade.

c) A leitura jurídica afirma que a Constituição é fato social dependente de forças políticas; a leitura

sociológica reduz a Constituição à decisão do soberano; e a leitura política a identifica como norma suprema hierarquicamente superior, suficiente para o controle.

d) A leitura sociológica afirma a neutralidade estrutural da Constituição em relação a interesses; a leitura política sustenta prevalência irrestrita de direitos fundamentais sobre a unidade política do Estado; e a leitura jurídica entende que emendas são sempre ilimitadas por resultarem de poder soberano.

e) A leitura sociológica admite Constituição real e escrita e considera plenamente legítima a escrita ainda que inepta socialmente; a leitura política subordina a decisão política a norma jurídica prévia; e a leitura jurídica rejeita a Constituição como parâmetro do controle de constitucionalidade.

37. Marina, 16 anos, alistada como eleitora, descobre que o Município pretende celebrar contrato de locação para instalar um órgão público, havendo indícios de favorecimento pessoal e ofensa à moralidade administrativa. No momento, ela não dispõe de elementos para demonstrar dano financeiro imediato ao erário, mas deseja impedir a contratação e buscar responsabilização dos envolvidos.

À luz dos remédios constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) Marina deve impetrar mandado de segurança, pois ele substitui a ação popular e dispensa prova pré-constituída.
- b) Marina pode ajuizar ação popular, desde que demonstre previamente prejuízo material ao erário e seja maior de 18 anos.
- c) Marina pode ajuizar ação popular, comprovando a condição de cidadã pelo título de eleitor, e a tutela da moralidade não exige prova prévia de dano material, cabendo atuação do Ministério Público no feito.
- d) O instrumento adequado é habeas data, pois permite acesso a qualquer documento público, independentemente de requerimento administrativo.
- e) A ação popular somente pode ser proposta pelo Ministério Público, cabendo ao cidadão atuar como assistente se comprovar domicílio eleitoral no Município.

38. Sobre a organização do Estado e os mecanismos de consulta popular para criação, incorporação, subdivisão, desmembramento e demais alterações de entes federados, assinale a alternativa correta, conforme a CF/1988:

- a) A criação, incorporação, subdivisão e desmembramento de Estados dependem de referendo posterior, convocado pelo Congresso Nacional, e culminam em lei ordinária federal.

b) A fusão ou desmembramento de Municípios pode ocorrer sem consulta popular se houver estudo de viabilidade e lei estadual específica.

c) A alteração territorial municipal exige consulta prévia mediante plebiscito, a ser convocado no âmbito estadual, como etapa indispensável ao prosseguimento do procedimento.

d) A incorporação de Estados depende de plebiscito convocado exclusivamente pela Assembleia Legislativa e se conclui por lei ordinária federal.

e) A manifestação popular prévia nos casos de reorganização territorial deve ocorrer por referendo, pois o plebiscito é consulta posterior ao ato legislativo.

39. No tocante à Administração Pública e ao regime constitucional dos servidores, assinale a alternativa plenamente compatível com a CF/1988:

- a) A vedação de acumulação remunerada alcança apenas cargos da administração direta, não abrangendo empregos e funções.
- b) A proibição de acumular remuneração se estende a autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas pelo poder público, nos termos constitucionais.
- c) A criação de autarquia e a autorização para instituição de empresa pública e sociedade de economia mista dependem de lei complementar específica.
- d) O teto remuneratório incide necessariamente sobre a soma das remunerações em hipóteses de acumulação lícita.
- e) O servidor eleito Prefeito perde a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais, inclusive aposentadoria e vantagens.

40. Considere três processos em que se discutia a aplicação de uma lei estadual de 2018 e de uma lei municipal de 1982:

- I) Uma Câmara de Tribunal de Justiça afastou a aplicação de parte da lei estadual de 2018, por incompatibilidade com a CF/1988, sem submeter a questão ao órgão especial.
- II) Outra Câmara reconheceu que a lei municipal de 1982 não foi recepcionada pela CF/1988, também sem remessa ao órgão especial.
- III) Uma turma recursal de juizado especial afastou a lei estadual de 2018 por considerá-la incompatível com a CF/1988.

Assinale a alternativa correta:

- a) As três decisões violam a reserva de plenário, pois qualquer afastamento de norma por fundamento constitucional exige deliberação do plenário ou órgão especial.
- b) Apenas a decisão que afastou a lei estadual posterior à CF/1988 por órgão fracionário exige remessa ao plenário/órgão especial; o reconhecimento de não recepção de lei pré-1988 e o julgamento por turma recursal não se submetem à mesma exigência.
- c) A decisão sobre lei posterior é válida sem remessa por ser “interpretação conforme”; já a não recepção e a decisão da turma recursal exigem deliberação do órgão especial.
- d) As três decisões são válidas se não houver declaração expressa de inconstitucionalidade, ainda que o resultado seja a não aplicação do dispositivo.
- e) A cláusula de reserva de plenário impede o controle difuso por tribunais, de modo que apenas o STF poderia afastar normas em casos concretos.

41. Sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), assinale a alternativa correta:

- a) A ADPF é cabível somente contra leis federais posteriores à CF/1988.
- b) A ADPF pode ser utilizada para enfrentar lesão a preceito fundamental decorrente de ato municipal,

desde que atendido o requisito da subsidiariedade (inexistência de outro meio eficaz).

- c) A ADPF exige demonstração de violação direta à norma infraconstitucional, que funciona como parâmetro principal do controle.
- d) A ADPF substitui a ADI, dispensando os requisitos próprios de legitimação e a lógica de subsidiariedade.
- e) A ADPF tem objeto exclusivo de omissões legislativas, razão pela qual se confunde com a ADO.

DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADO

Herbert Almeida

42. No que se refere aos elementos de formação do ato administrativo, especificamente quanto ao elemento competência, assinale a alternativa correta:

- a) A competência é considerada um elemento discricionário do ato administrativo, permitindo que o agente público decida, conforme critérios de conveniência e oportunidade, se deve ou não a exercer.
- b) Por ser um poder-dever de exercício obrigatório, a competência é caracterizada por ser irrenunciável e intransferível, não admitindo, sob qualquer hipótese, a delegação de suas atribuições a terceiros.
- c) A competência é o poder legal atribuído ao órgão, entidade ou agente para praticar o ato, sendo um elemento vinculado que decorre da lei ou de outros atos normativos.
- d) A avocação de competência, que consiste em atrair para si a competência de um subordinado, é a regra geral na Administração Pública e independe da existência de hierarquia entre os agentes.
- e) O instituto da delegação permite a transferência integral e definitiva da titularidade da competência de um órgão para outro, extinguindo a responsabilidade do delegante sobre a matéria.

43. João é médico concursado em um hospital estadual, onde cumpre jornada de 20 horas semanais. Recentemente, ele foi aprovado em um novo concurso público para o cargo de médico em uma unidade básica de saúde de um município vizinho, com jornada de 30 horas semanais. Diante das regras constitucionais sobre a acumulação de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A acumulação pretendida por João é vedada, pois a Constituição Federal estabelece como regra geral a proibição da acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, sem prever exceções para profissionais da área de saúde.
- b) João poderá acumular os dois cargos de médico, desde que haja compatibilidade de horários, uma vez que a Constituição Federal permite a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- c) A acumulação será permitida apenas se um dos cargos for de natureza técnica e o outro for de natureza política, independentemente da compatibilidade de horários.
- d) Por se tratar de entes federativos distintos (Estado e Município), a proibição de acumular cargos não se aplica ao caso de João, que poderia inclusive acumular um terceiro cargo em empresa pública.
- e) A compatibilidade de horários é um requisito dispensável nos casos de acumulação de cargos de profissionais de saúde, bastando a aprovação em concurso público e a regulamentação das profissões.

44. A Concessionária de Energia "Luz S.A." notificou a administração estadual sobre a intenção de interromper o fornecimento de eletricidade em razão do inadimplemento de faturas relativas a três imóveis: a sede do Governo, o Almoxarifado Central e o Centro de Terapia Intensiva (CTI) estadual. Com base no entendimento consolidado do STJ sobre a interrupção de serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A interrupção é legítima em relação à sede do Governo e ao Almoxarifado Central, desde que precedida de notificação, mas é ilegítima em relação ao CTI, para preservar a proteção à vida e à saúde.
- b) O corte é ilegítimo em todas as unidades citadas, uma vez que a interrupção de serviços essenciais para pessoas jurídicas de direito público é vedada pelo princípio da continuidade do serviço público.
- c) A concessionária pode interromper o serviço em todas as unidades, inclusive no CTI, desde que a notificação tenha ocorrido com antecedência mínima de 30 dias e o débito seja atual.
- d) É legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito irrisório, visando a eficiência na arrecadação de receitas da concessionária.
- e) A interrupção do serviço é permitida ainda que o débito seja pretérito, pois a continuidade do fornecimento pressupõe o pagamento de todas as contas pendentes do usuário.

45. Determinada autoridade administrativa, agindo dentro de suas atribuições legais, realizou a contratação direta de uma empresa para a prestação de serviços de limpeza. Embora tenha havido a intenção deliberada de não realizar o procedimento licitatório (voluntariedade), restou comprovado em processo administrativo que o agente não possuía o objetivo de alcançar qualquer resultado ilícito, como o enriquecimento próprio ou o prejuízo aos cofres públicos, tendo agido apenas por interpretação equivocada da urgência da situação. Com base na Lei nº 8.429/1992 (LIA), a conduta do agente:

- a) Configura ato de improbidade administrativa, pois a vontade livre e consciente de praticar o ato (voluntariedade) é suficiente para caracterizar o dolo exigido pela legislação vigente.
- b) Não configura ato de improbidade administrativa, uma vez que se considera dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei, não bastando a mera voluntariedade do agente.
- c) Caracteriza improbidade administrativa na modalidade culposa, tendo em vista que a negligência no trato da coisa pública e o descumprimento do dever de licitar independem de dolo específico.
- d) Poderia ser enquadrada como improbidade caso ficasse demonstrado o dolo genérico, consistente na simples vontade de aderir à conduta descrita no tipo legal, sem necessidade de fim específico.
- e) Configura improbidade administrativa, pois o mero exercício da função pública gera presunção relativa de dolo sempre que houver descumprimento de norma legal cogente.

46. Uma forte tempestade causou o desabamento da única ponte que liga um município isolado à sede do Estado X. Diante da urgência para restabelecer o acesso e garantir a segurança de pessoas e a continuidade dos serviços de saúde, o Governo resolve realizar a contratação direta para a reconstrução da infraestrutura. Com base nas disposições sobre dispensa de licitação, assinale a alternativa correta:

- a) A licitação é inexigível pela inviabilidade de competição, uma vez que a situação de emergência impede que a Administração Pública realize um certame competitivo com prazos regulares.
- b) A dispensa de licitação em casos de emergência é limitada às parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade.
- c) No caso de dispensa por emergência, o contrato pode ser prorrogado por uma única vez por igual período, caso a execução da obra sofra atrasos em decorrência de novas chuvas.
- d) A Administração pode recontratar a mesma empresa para concluir parcelas remanescentes da obra com base no mesmo inciso de emergência, visando a aproveitar a mobilização de canteiro já existente, independentemente do prazo.
- e) A dispensa por calamidade pública é restrita apenas à aquisição de bens necessários ao atendimento da situação, sendo vedada a sua utilização para a execução de obras de engenharia.

47. O Município de "Zeta" realizou a pintura de todos os prédios públicos, praças e viadutos da cidade utilizando as cores predominantes do partido político do atual Prefeito. Além disso, foram instaladas placas informativas em obras públicas contendo o nome e a fotografia do Chefe do Executivo, associando as realizações à sua imagem pessoal e não ao ente público. Diante do regime jurídico dos princípios administrativos, essa conduta fere primordialmente o princípio da:

- a) Legalidade, pois a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe expressamente, e não há lei proibindo o uso de cores partidárias em prédios públicos.
- b) Eficiência, uma vez que a pintura dos prédios garante a manutenção do patrimônio público, atingindo o melhor resultado com o menor custo possível.
- c) Impessoalidade, que veda a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos e obras.
- d) Supremacia do Interesse Público, pois o interesse do Prefeito em ser reeleito sobrepuja ao interesse da coletividade em possuir prédios com cores neutras.
- e) Publicidade, pois a inserção da fotografia e do nome do Prefeito nas placas visa dar a transparência necessária para que o povo saiba quem realizou a obra.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Douglas Schneider

48. Uma assembleia legislativa estadual passou por reformas administrativas nos últimos anos, buscando superar práticas historicamente enraizadas em sua estrutura. Diagnóstico institucional identificou que, em determinados setores, ainda persistiam nomeações baseadas em vínculos pessoais, ausência de distinção entre patrimônio público e interesses particulares, além de resistência à padronização de procedimentos.

Com base nos modelos teóricos de administração pública, a situação descrita evidencia características remanescentes do modelo

- a) burocrático, cuja ênfase na impessoalidade gerou distorções nas relações entre agentes públicos e cidadãos.
- b) gerencial, em razão da flexibilização excessiva dos controles formais e da descentralização administrativa.
- c) patrimonialista, marcado pela confusão entre esfera pública e privada e pela predominância de critérios pessoais nas decisões administrativas.
- d) pós-burocrático, caracterizado pela valorização de redes informais em detrimento das estruturas hierárquicas formais.
- e) weberiano, no qual a racionalidade substantiva prevalece sobre a racionalidade instrumental nas práticas organizacionais.

49. O Tribunal de Contas de determinado estado, ao auditar uma autarquia, constatou fragilidades nos mecanismos de direcionamento, monitoramento e avaliação da gestão. O relatório apontou ausência de instâncias colegiadas para deliberação estratégica, inexistência de política de gestão de riscos e deficiências na prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade.

Considerando os fundamentos da governança pública, as fragilidades identificadas comprometem diretamente

- a) a função de gestão, responsável por planejar e executar as políticas públicas conforme diretrizes superiores.
- b) os processos operacionais, que dependem de padronização de rotinas e capacitação técnica dos servidores.
- c) a cultura organizacional, elemento que condiciona o comportamento dos agentes públicos no ambiente institucional.
- d) o clima organizacional, fator que influencia a motivação e o engajamento dos colaboradores com os objetivos institucionais.
- e) a função de governança, que abrange liderança, estratégia e controle voltados à avaliação, direção e monitoramento da gestão.

50. Uma secretaria de estado implementou sistema de gestão por resultados, estabelecendo objetivos estratégicos, indicadores e metas para suas unidades administrativas. Após dois anos de operação, verificou-se que os indicadores selecionados mensuravam adequadamente as entregas realizadas, porém não captavam os efeitos dessas entregas sobre o público-alvo das políticas.

Com base nos conceitos de avaliação de desempenho no setor público, a limitação identificada refere-se à ausência de indicadores de

- a) eficiência, que relacionam os recursos utilizados com os produtos gerados pelo programa.

b) efetividade, que mensuram as transformações ocorridas na realidade social em decorrência da intervenção pública.

c) economicidade, que avaliam a capacidade de minimizar custos na aquisição de insumos necessários à execução.

d) execução, que verificam o cumprimento de cronogramas e a realização física das ações programadas.

e) conformidade, que aferem o atendimento às normas legais e regulamentares aplicáveis aos processos administrativos.

51. O controlador-geral de um município, ao apresentar o relatório anual de atividades, destacou que a unidade havia realizado auditorias de conformidade, acompanhamento de contratos, análise de prestações de contas de convênios e emissão de pareceres sobre a regularidade da gestão fiscal. Ressaltou, ainda, que todas as atividades foram desenvolvidas no âmbito da própria estrutura do Poder Executivo municipal.

As atividades descritas caracterizam o exercício de controle

- a) interno, exercido por órgão integrante da estrutura administrativa do ente controlado, com atuação preventiva e corretiva sobre a gestão.
- b) externo, realizado por entidade autônoma e independente, com competência para julgar as contas dos administradores públicos.
- c) social, efetivado pela participação direta dos cidadãos na fiscalização da aplicação dos recursos públicos.
- d) jurisdicional, exercido pelo Poder Judiciário quando provocado para apreciar a legalidade dos atos administrativos.
- e) parlamentar, desempenhado pelo Poder Legislativo no exercício de suas funções típicas de fiscalização.

52. Cidadão formulou pedido de acesso à informação a uma assembleia legislativa estadual, solicitando dados sobre a remuneração individualizada de todos os servidores do órgão, com identificação nominal. O setor responsável indeferiu o pedido, alegando que tais informações seriam de caráter pessoal e, portanto, de acesso restrito.

Considerando as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011, a decisão do órgão

- a) está correta, pois informações sobre remuneração de servidores são classificadas como sigilosas por força de lei.
- b) está correta, uma vez que dados funcionais nominais configuram informação pessoal sensível, cuja divulgação depende de consentimento do titular.
- c) está parcialmente correta, cabendo ao órgão divulgar valores agregados por cargo, sem identificação individual dos servidores.
- d) está incorreta, pois informações sobre remuneração de agentes públicos são de interesse coletivo e devem ser disponibilizadas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.
- e) está incorreta, devendo o órgão classificar a informação em grau de sigilo antes de negar o acesso ao requerente.

53. Uma câmara municipal realizou processo seletivo para provimento de cargos efetivos na área administrativa. Após a homologação do resultado, os aprovados foram nomeados e empossados. Durante o período subsequente, os novos servidores foram submetidos a acompanhamento funcional sistemático, com avaliações periódicas de aptidão e capacidade para o exercício do cargo, podendo ser exonerados caso não atendessem aos requisitos legais.

O período descrito corresponde ao instituto do

- a) estágio probatório, durante o qual o servidor é avaliado quanto à aptidão e capacidade para o desempenho do cargo de provimento efetivo.
- b) contrato de experiência, aplicável aos empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) período de adaptação, previsto para servidores redistribuídos entre órgãos da administração pública.
- d) exercício provisório, destinado a servidores em situação de deslocamento temporário por interesse da administração.
- e) tempo de serviço mínimo, exigido para fins de progressão funcional nas carreiras do serviço público.

PROCESSO LEGISLATIVO

Emerson Bruno

54. De acordo com o art. 37 da Constituição do Estado de Rondônia, o processo legislativo estadual compreende a elaboração de todos os atos abaixo, EXCETO:

- a) Emendas à Constituição.
- b) Leis Complementares.
- c) Leis Ordinárias.
- d) Medidas Provisórias.
- e) Decretos Legislativos.

55. No que se refere ao processo legislativo no âmbito da Constituição do Estado de Rondônia, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Constituição pode ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;
- b) A Constituição pode ser emendada mediante proposta do Governador do Estado;
- c) A Constituição pode ser emendada mediante proposta de mais da metade das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros;
- d) A Constituição não pode ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- e) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

56. No que se refere ao processo legislativo no âmbito da Constituição do Estado de Rondônia, assinale a alternativa incorreta.

- a) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos.
- b) São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que fixem, organizem ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, observadas as diretrizes estabelecidas na Legislação Federal.
- c) São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- d) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do

eleitorado do Estado, distribuído, no mínimo, em vinte e cinco por cento dos Municípios.

- e) O Governador do Estado pode solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

57. Dispõe a Constituição do Estado que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. Contudo, não constitui proposição de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

- a) fixem, organizem ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.
- b) disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
- c) disponham sobre servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade.
- d) disponham sobre criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.
- e) disponham sobre a organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, dos Tribunais, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

TÉCNICA LEGISLATIVA*Emerson Bruno*

58. No processo de elaboração das leis, a técnica legislativa estabelece critérios formais destinados a assegurar clareza, sistematicidade e adequada identificação dos atos normativos. À luz das disposições relativas à estruturação das leis e aos elementos que compõem a parte preliminar do texto legal, assinale a alternativa correta.

- a) A parte preliminar da lei é composta exclusivamente pela epígrafe e pela ementa, destinando-se à identificação formal da espécie normativa e de seu conteúdo.
- b) A parte normativa da lei comprehende, além das normas de conteúdo substantivo, as disposições transitórias, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação.
- c) A epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, identifica numericamente a lei e é formada pelo título da espécie normativa, pelo número correspondente e pelo ano de promulgação.
- d) A ementa integra a parte final da lei e tem por finalidade indicar as medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo.
- e) O preâmbulo e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas integram a parte final da lei, por se referirem à eficácia temporal e material do texto legal.

59. No que se refere à técnica legislativa aplicada à redação das leis, especialmente quanto ao preâmbulo e ao conteúdo do primeiro artigo do texto legal, assinale a alternativa correta, conforme as disposições apresentadas.

- a) Como regra geral, cada lei deve tratar de um único objeto, excetuadas as codificações, sendo vedada a inserção de matéria estranha ou não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.
- b) O âmbito de aplicação da lei deve ser definido de maneira genérica, a fim de permitir interpretação

extensiva conforme a evolução técnica ou científica da matéria.

- c) O preâmbulo é elemento obrigatório para a definição do âmbito material da lei, devendo conter, além da base legal, a delimitação técnica de sua aplicação.
- d) O preâmbulo destina-se a indicar o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, cabendo ao primeiro artigo apenas explicitar a base legal do ato normativo.
- e) O primeiro artigo da lei deve indicar exclusivamente o objeto do diploma normativo, sendo vedada a menção ao âmbito de aplicação, que deve constar do preâmbulo.

60. No que se refere à técnica legislativa aplicada à disciplina da vigência, da vacância e da revogação das leis, assinale a alternativa correta, conforme as normas transcritas.

- a) Um mesmo assunto poderá ser disciplinado por mais de uma lei, desde que a norma posterior trate de matéria correlata, ainda que não haja remissão expressa à lei considerada básica.
- b) A cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” deve ser utilizada, preferencialmente, nas leis de grande repercussão social, a fim de garantir sua imediata eficácia.
- c) A contagem do prazo de vacância legal exclui a data da publicação da lei, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente.
- d) As leis que instituírem período de vacância deverão empregar cláusula específica indicando que a entrada em vigor ocorrerá após decorridos determinado número de dias da publicação oficial.
- e) A cláusula de revogação poderá ser redigida de forma genérica, desde que indique, de modo implícito, a incompatibilidade das normas anteriores com a nova lei.

61. A técnica legislativa impõe regras específicas quanto à articulação e à redação dos textos legais, com o objetivo de garantir clareza, hierarquia normativa e padronização formal. Considerando os princípios que orientam a estruturação interna das leis, assinale a alternativa correta.

- a) A unidade básica de articulação do texto legal é o parágrafo, identificado pelo sinal gráfico “§”, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste.
- b) Os artigos podem desdobrar-se diretamente em alíneas, sendo os incisos e parágrafos facultativos, conforme a complexidade da matéria.
- c) Quando houver apenas um parágrafo, este deverá ser identificado pelo sinal gráfico “§ 1º”, vedada a utilização de nomenclatura diversa.
- d) Os incisos são representados por algarismos arábicos, enquanto as alíneas são identificadas por algarismos romanos.
- e) Os Capítulos, Títulos, Livros e Partes devem ser grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos.

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

62. De acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no que se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a alternativa correta.

- a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias poderá excluir determinadas despesas primárias da apuração da meta de resultado primário, desde que tal exclusão esteja expressamente justificada no Anexo de Metas Fiscais.
- b) O Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter metas anuais apenas para o exercício a que se refere a LDO, sendo facultativa a fixação de metas para exercícios subsequentes.
- c) O projeto de Lei Orçamentária Anual deve conter reserva de contingência, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, cuja forma de utilização e montante são definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) A Lei Orçamentária Anual pode consignar crédito com finalidade imprecisa, desde que haja compatibilidade formal com o Plano Plurianual e autorização expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e) O refinanciamento da dívida pública deve constar exclusivamente da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo vedada sua previsão na Lei Orçamentária Anual.

63. As emendas parlamentares constituem instrumentos por meio dos quais os membros do Poder Legislativo podem propor alterações ao projeto de lei orçamentária, com o objetivo de ajustar a programação das despesas públicas às prioridades políticas, sociais e regionais, desde que observados os requisitos previstos constitucionalmente. À luz desse conceito, assinale a alternativa correta.

- a) O ente destinatário de transferências de recursos federais para execução de emendas impositivas deve comprovar a sua adimplência frente ao ente transferidor como condição para o recebimento dos valores.
- b) As programações orçamentárias decorrentes de emendas impositivas serão de execução obrigatória mesmo nos casos dos impedimentos de ordem técnica.
- c) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- d) O ente federado beneficiado da transferência especial poderá firmar contratos de cooperação técnica para subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos.
- e) Pelo menos 60% das transferências especiais deverão ser aplicadas em despesas de capital.

64. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual de determinado ente federativo, verificou-se que a programação orçamentária previa dotação específica para obras e instalações. Contudo, no decorrer do exercício financeiro, constatou-se que o montante originalmente autorizado mostrou-se insuficiente para a adequada continuidade da ação governamental relativa à construção de escolas. Diante desse cenário, o Chefe do Poder Executivo pretende promover o ajuste necessário na lei orçamentária, observando o regime jurídico aplicável. À luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa correta.

- a) A insuficiência de dotação autoriza a abertura de crédito extraordinário, ainda que a despesa já esteja prevista na Lei Orçamentária Anual.
- b) A situação descrita demanda a abertura de crédito especial, por se tratar de despesa cujo valor não foi adequadamente estimado no orçamento inicial.
- c) O reforço da dotação existente deve ser realizado por meio de crédito suplementar, mediante autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.
- d) A ampliação da dotação pode ser efetuada por decreto do Poder Executivo, independentemente de autorização legislativa, desde que mantido o equilíbrio orçamentário.
- e) Se for autorizado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, e não for integralmente utilizado dentro do exercício, o crédito suplementar poderá ser reaberto no ano seguinte, no limite do saldo não utilizado.

65. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual de determinado Município, a Secretaria Municipal de Saúde realizou procedimento licitatório para aquisição de medicamentos destinados à atenção básica. Após a assinatura do contrato, foi emitida a respectiva nota de empenho. Posteriormente, os medicamentos foram entregues e atestados pelo setor competente, sendo, ao final, efetuado o repasse financeiro ao fornecedor. Considerando os estágios da despesa pública e as classificações orçamentárias da despesa, assinale a alternativa correta.

- a) O repasse financeiro ao fornecedor configura o pagamento da despesa, etapa que somente pode ocorrer após a regular liquidação, precedida do empenho.
- b) A verificação do direito adquirido pelo fornecedor, mediante a conferência da entrega dos medicamentos, corresponde ao estágio do empenho da despesa.
- c) A emissão da nota de empenho corresponde ao estágio da liquidação da despesa, enquanto a verificação da entrega dos medicamentos caracteriza o pagamento.
- d) A classificação funcional da despesa identifica o órgão responsável pela execução orçamentária, enquanto a classificação institucional define a área temática da política pública.
- e) A classificação econômica da despesa tem por finalidade indicar o programa, a ação e a meta governamental aos quais o gasto está vinculado.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

66. Sobre a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Orgânica do Tribunal.

- a) A jurisdição do Tribunal abrange exclusivamente as pessoas físicas que ocupem cargos eletivos na esfera estadual e municipal.

- b) Estão sujeitos à jurisdição do Tribunal apenas os órgãos da administração direta, ficando as sociedades de economia mista sob fiscalização exclusiva do mercado.
- c) A jurisdição do Tribunal alcança os sucessores dos administradores e responsáveis públicos, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- d) Entidades de direito privado que recebem contribuições parafiscais ou prestam serviço de interesse público estão isentas da jurisdição do Tribunal.
- e) A jurisdição do Tribunal se limita ao território da capital do Estado, onde está localizada a sua sede.

67. No que tange às atribuições do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, é correto afirmar que compete ao Tribunal:

- a) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos poderes do Estado e dos Municípios.
- b) julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, proferindo decisão definitiva sobre elas.
- c) sustar diretamente a execução de contratos administrativos quando verificar ilegalidade, comunicando posteriormente à Assembleia Legislativa.
- d) decidir sobre denúncias, sendo vedado o recebimento daquelas encaminhadas por cidadãos, as quais devem ser filtradas pelo Ministério Público.
- e) apreciar a legalidade das nomeações para cargos de provimento em comissão, para fins de registro.

68. Acerca do julgamento de contas e das possíveis decisões do Tribunal, assinale a alternativa correta.

- a) As contas serão julgadas regulares com ressalva quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis e a legalidade dos atos de gestão.
- b) As contas serão julgadas irregulares quando comprovada a omissão no dever de prestar contas ou a prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico.
- c) O Tribunal julgará as tomadas ou prestações de contas no prazo máximo de cinco anos a contar de sua apresentação.
- d) Verificada a ocorrência de desfalque ou desvio de bens, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva, ordenando a devolução dos bens.
- e) A decisão definitiva em processo de prestação de contas não pode ser revista, salvo por decisão judicial.

69. Sobre a emissão de parecer prévio e as contas iliquidáveis, assinale a alternativa correta conforme a Lei Complementar n. 154/1996.

- a) O prazo para o Tribunal emitir parecer prévio sobre as contas do Governador do Estado é de 180 dias a contar de seu recebimento.
- b) O prazo para o Tribunal emitir parecer prévio sobre as contas dos Prefeitos Municipais é de 60 dias a contar de seu recebimento.
- c) As contas iliquidáveis resultam na condenação automática do responsável ao pagamento de multa.
- d) O Tribunal poderá trancar as contas consideradas iliquidáveis e arquivar o processo, podendo autorizar o desarquivamento dentro de cinco anos se surgirem novos elementos.
- e) O julgamento das contas como iliquidáveis ocorre quando o responsável se recusa a apresentar os documentos solicitados pelo relator.

ÉTICA*Fabiano Pereira*

70. Carlos Henrique, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo em órgão regulador, passou a prestar serviços de consultoria remunerada a uma empresa privada do setor de transportes. Referida empresa possuía interesse direto em decisões administrativas que poderiam ser influenciadas por atos e omissões decorrentes das atribuições exercidas por Carlos Henrique no cargo público.

Em paralelo, apurou-se que a empresa sofreu significativa perda patrimonial em razão de oscilações normais do mercado, sem que houvesse prova de que tal prejuízo tenha sido causado por conduta dolosa de agentes públicos. No curso da ação de improbidade, sobreveio decisão colegiada condenatória, mas o trânsito em julgado ocorreu apenas anos depois.

Além disso, diante da elevada capacidade econômica do réu, o magistrado entendeu que a multa inicialmente calculada seria insuficiente para reprovação e prevenção da conduta.

Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, assinale a alternativa correta.

a) A prestação de consultoria por servidor público a empresa com interesse afetado por suas atribuições configura ato de improbidade administrativa independentemente da demonstração de dolo, bastando a existência de vantagem patrimonial indireta.

b) A perda patrimonial sofrida pela empresa privada, ainda que decorrente de atividade econômica regular, caracteriza improbidade administrativa se houver nexo temporal com a atuação do agente público, sendo prescindível a prova de dolo específico.

c) Apenas servidores públicos poderão representar à autoridade administrativa competente para que

seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

d) Na aplicação das sanções à pessoa jurídica envolvida, o juiz deve considerar os efeitos econômicos e sociais das penalidades, de modo a possibilitar a continuidade de suas atividades.

e) A multa civil aplicada em ação de improbidade administrativa possui limite absoluto, sendo vedado ao magistrado majorá-la além do valor inicialmente calculado, ainda que a situação econômica do réu torne a sanção ineficaz

Discursiva

Texto Motivador

A Agência Reguladora Alfa iniciou o ano de 2024 com um plano estratégico rígido, focado na manutenção dos processos de fiscalização tradicionais e na estabilidade orçamentária, utilizando dados históricos de 2020 a 2023 para projetar suas metas. No entanto, em meados do ano, uma inovação tecnológica disruptiva no setor regulado obrigou a Agência a alterar repentinamente suas táticas. A diretoria, percebendo a ineficácia das ações originais, incorporou práticas não planejadas inicialmente, as quais surgiram da interação diária dos fiscais com as novas tecnologias das empresas, consolidando um novo padrão de atuação voltado para a inovação e o futuro.

Comando da Questão

Considerando o texto acima e os conceitos de planejamento e estratégia, redija um texto dissertativo abordando os seguintes tópicos:

1. Identifique e descreva a filosofia do planejamento (segundo Ackoff) predominante no início da gestão e aquela para a qual a Agência parece ter migrado ao focar na inovação e no futuro.
2. Diferencie, com base em Henry Mintzberg, a estratégia deliberada da estratégia emergente, relacionando-as ao caso da Agência.
3. Explique a diferença entre a abordagem projetiva e a abordagem prospectiva na construção de cenários e indique qual delas foi utilizada inicialmente pela Agência.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>